

## **A ZONA DA MATA MINEIRA: SUBSÍDIOS PARA UMA HISTORIOGRAFIA**

Fernando Gaudereto Lamas<sup>\*</sup>  
Luiz Fernando Saraiva<sup>\*\*</sup>  
Rita de Cássia da Silva Almico<sup>\*\*\*</sup>

### **Resumo**

O presente artigo pretende fazer uma síntese sobre os trabalhos de História Econômica que abordaram a Zona da Mata mineira, a partir do século XVIII e, principalmente, a expansão cafeeira ocorrida nesta região desde o início do século XIX. Durante algum tempo, a historiografia tratou a Zona da Mata como marginal e pouco dinâmica, no que diz respeito a sua economia. Novos trabalhos, no entanto, demonstraram que a região apresentou, para o século XIX principalmente, dinâmica e ritmos próprios, que foram relevantes para o desenvolvimento regional. O que buscamos é reforçar as especificidades da Mata em relação à outros centros de produção cafeeira do Brasil. Pretendemos mostrar que, apesar de ignorada por uma parcela da historiografia nacional, os estudos sobre a zona da Mata mineira podem ajudar a elucidar uma série de questões de suma importância para a História brasileira, tais como a questão do abastecimento da região mineradora, que se deu especialmente pelo Caminho Novo, o financiamento da produção cafeeira em meados do século XIX, a transição da mão-de-obra escrava para a mão-de-obra livre, a importância da imigração para a industrialização brasileira, entre outros.

**Palavras-chave:** Zona da Mata mineira; Minas Gerais; café; Historiografia.

O objetivo deste artigo é ressaltar a importância dos estudos regionais para o desenvolvimento dos estudos históricos de uma forma geral. Para realizarmos tal tarefa abordaremos o caso da Zona da Mata mineira, por considerarmos que esta região tem sofrido um relativo ‘esquecimento’ por parte da historiografia nacional, salvo algumas exceções. Destacaremos ainda o surgimento e o desenvolvimento de novos estudos sobre a citada área realizados por uma nova geração de historiadores, que se contrapõe a uma historiografia que possui uma visão mais ‘tradicional’ marcada pela visão de ‘falta’ e de ‘decadência’ para a Zona da Mata mineira, principalmente se comparada a áreas mais dinâmicas do sudeste em meados do XIX. Destacaremos, por último, o impacto nas ‘visões’ sobre a Zona da Mata a partir de ‘novas fontes’ de pesquisa e da organização de arquivos regionais. Cronologicamente, estudamos a região em questão desde a sua formação, no início do século XVIII, a partir do ‘Caminho Novo’ (construído em 1709); a expansão de uma agricultura comercial – de mercado interno, voltada para a produção de alimentos e de mercado externo, no caso da expansão cafeeira – ocorridos na primeira metade do XIX; o auge da economia matense, com a ascendente produção cafeeira e seu ‘transbordamento’ para outros setores –

---

<sup>\*</sup> Mestrando em História Social pela UFF – professor substituto do CTU da UFJF.

<sup>\*\*</sup> Mestre em História Social pela UFF – Professor da Universidade Presidente Antônio Carlos, MG e do Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora.

<sup>\*\*\*</sup> Mestre em História Econômica pela UNICAMP – IE – Professora da Universidade Presidente Antônio Carlos, MG e do Instituto Vianna Júnior – Juiz de Fora.

principalmente urbanos – na segunda metade dos oitocentos e a sua ‘relativa’ decadência que se inicia a partir da terceira década do século passado.

Uma justificativa para este artigo é a constatação de um significativo aumento no número de trabalhos de fundo econômico – embora não somente – acerca da Zona da Mata mineira na última década. Entendemos então, como pertinente escrevermos um artigo que relatasse tais trabalhos no sentido de demonstrarmos tal aumento e a renovação que neles se observa para o melhor entendimento da história regional da Mata. Nossa intenção não é, de forma alguma, abordar tudo o que foi produzido sobre a região, e sim, tratar de alguns trabalhos mais recentes que traduzem uma certa evolução no entendimento sobre a importância histórica da Mata e sua inserção nos grandes debates da historiografia econômica nacional. O presente artigo também tenta demonstrar como a partir de ‘novas fontes’ documentais, velhas questões podem ser relativizadas e adquirem renovada importância para a compreensão da História das Formações Econômicas do Brasil.

Durante muito tempo vigorou na historiografia nacional a preocupação com grandes sínteses com o objetivo de explicar as características gerais do Brasil. Caio Prado Jr., Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre, Celso Furtado e Jacob Gorender,<sup>1</sup> entre outros, desenvolveram obras fundamentais para o estudo da realidade nacional. Contudo, desprezaram, por opção metodológica, os estudos monográficos de caráter regional, e o que Evaldo Cabral de Melo recentemente denominou *história dos antiquários* – estudos regionais, realizados por cronistas, muitas vezes de sentido laudatório, mas que podem trazer informações relevantes para determinados temas.<sup>2</sup>

Um dos grandes avanços da historiografia recente (ou não tão recente assim!) é que a idéia de uma formação econômica brasileira não corresponde à realidade nacional. Esta é, indubitavelmente, mais complexa e mais dinâmica do que os grandes esquemas intelectuais apontavam. Existem várias formações econômicas, tão diversificadas quanto são as regiões brasileiras. Não podemos deixar de perceber que a “História Nacional”, principalmente quando se trata dos aspectos econômicos, possui ramificações que nem sempre se enquadram num mesmo modelo, o que também não quer dizer que sejam exceções, ao contrário, são realidades tão relevantes quanto sua importância para a formação das regiões em que ocorreram.

---

<sup>1</sup> Para um debate mais aprofundado sobre o tema conferir. João L. R. FRAGOSO. **Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro 1790 – 1830**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; 1998. Especialmente o capítulo 1, pp. 55 a 111.

É imprescindível lembrar que o estudo da história regional foi e é de suma importância para a compreensão renovada desta história nacional. Novos estudos, de âmbito regional, têm provocado mudanças no estudo da história econômica brasileira e demonstrado uma série de equívocos interpretativos, tais como a crença na dicotomia Colônia/Metrópole, refutada por João Luís Ribeiro Fragoso e Manolo Florentino na obra 'O Arcaísmo como Projeto'.<sup>3</sup> Se chamamos a atenção para este debate recente da historiografia nacional é principalmente para ressaltar que tais estudos se centram em análises regionais e/ou calcados em 'corpus' documentais inéditos e/ou inacessíveis aos historiadores – no caso de Fragoso e Manolo estudos sobre a economia do Rio de Janeiro, maior porto escoador do Brasil, no final do setecentos e início do XIX. Tais estudos se utilizaram de inventários *post-mortem*, listas de entrada de navios, documentação cartorial, etc – a partir destes estudos, de caráter *especificamente* regional, começa a ser refeita, ou melhor, rediscutida, uma visão da 'História do Brasil'.

Não pretendemos, de forma alguma, criticar a existência dessas grandes sínteses produzidas ao longo do século XX pela nossa historiografia. Da mesma forma que a historiografia francesa já há bastante tempo abandonou as sínteses em função de estudos regionais, visando jogar luz em áreas antes ignoradas pelos historiadores,<sup>4</sup> a historiografia nacional desde o final da década de 80 e início da década de 90, optou pelos estudos regionais e/ou temáticos em detrimento das explicações gerais. Historiadores escolheram estudar temas antes considerados pequenos ou sem importância como as mulheres, a administração municipal, as trajetórias administrativas dos membros da administração lusa, etc. Pretendemos então, apenas sugerir que o enfoque dos estudos historiográficos atuais, para dar conta das diversidades dos aspectos regionais, tem se encaminhado para os estudos de caráter micro, sem, contudo perder a visão global. Obviamente, é debruçando sobre os grandes clássicos da historiografia nacional que se pode produzir os enfoques regionais atuais.

Se os anos 90 do século XX representaram uma mudança no eixo analítico e temático dos historiadores brasileiros, não podemos nos esquecer que, de uma forma ou

---

<sup>2</sup> Folha de S. Paulo. Suplemento Mais! 08/12/2002. p. 2.

<sup>3</sup> FRAGOSO, João Luís Ribeiro e FLORENTINO, Manolo. **O Arcaísmo como Projeto**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997. Vale também destacar que tal obra se apóia nos trabalhos de doutorado destes dois autores, que também centram suas análises em estudos regionais tendo como foco principal a praça mercantil do Rio de Janeiro.

de outra, a História Econômica já havia ensaiado tal tendência. Alguns historiadores anteriores à geração 80 e 90 anteciparam esse enfoque. A obra de Mafalda Zemella, Eulália Lobo, Warren Dean, Stanley Stein<sup>5</sup> só para citar alguns, serviu de guia para as gerações 80 e 90 de nossa historiografia. Se não foram muito ‘badalados’ entre os anos 50 e 70, isso se deu porque a opção teórica de nossa historiografia estava voltada para uma explicação mais ampla dos fatos. Mesmo na obra de alguns clássicos como em ‘Formação do Brasil Contemporâneo’ de Caio Prado Júnior podemos encontrar estudos temáticos e/ou regionais que, em função de uma teoria geral escaparam aos nossos olhos durante algum tempo.<sup>6</sup>

Podemos entender essa dicotomia entre nacional e regional a partir de outro aspecto que foi (e ainda é) negligenciado pela historiografia nacional: as múltiplas formas que assume o conceito de região. É essencial nesse caso, determinarmos com qual conceito de região pretendemos trabalhar. Buscaremos para isso auxílio na Geografia. Tema exaustivamente trabalhado por diversos geógrafos, de diversas matrizes, entendemos que a contribuição da Nova Geografia Econômica (NGE) tem instrumentalizado melhor o conceito de Região. Assim,

a região é um quadro arbitrário, definido com propósitos políticos, econômicos ou administrativos. Sua identificação, delimitação e construção estão ligados a noção de diferenciação de áreas, ao reconhecimento de que o território é constituído por lugares com uma ampla diversidade de relações econômicas, sociais, naturais e políticas.<sup>7</sup>

Este ponto é importante posto que retira do conceito de Região uma idéia de naturalidade – quer de área física, quer de cultura comum, quer de território – que chegou a influenciar e limitar a análise de geógrafos importantes como Vidal de La Blache.<sup>8</sup> Paulo César da Costa Gomes afirma que:

---

<sup>4</sup> Sobre a historiografia regional francesa cf. inicialmente BURKE, Peter. **A Escola do Annales, 1929 – 1989: A Revolução Francesa da Historiografia**. São Paulo: UNESP, 1997. DOSSE, François. **A História em Migalhas: dos Annales à Nova História**. São Paulo: Ensaio, 1992.

<sup>5</sup> ZEMELLA, Mafalda. **O abastecimento da capitania de Minas Gerais no século XVIII**. São Paulo: Hucitec; 1991; LOBO, Eulália. **História do Rio de Janeiro (do capital comercial ao capital industrial e financeiro)**. Rio de Janeiro: IBMEC; DEAN, Warren. **Rio Claro: Um sistema Brasileiro de Grande Lavoura 1820 –1920**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977; STEIN, Stanley. **Vassouras Um município brasileiro do café, 1850 - 1900**. Tradução de Vera Bloch Wrobel – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

<sup>6</sup> É particularmente significativa a análise que Caio Prado Júnior faz da Administração do Brasil durante o período colonial aonde chega mesmo a demonstrar a grande autonomia que algumas instituições coloniais teriam frente à metrópole, para o autor, entretanto, mesmo esta grande autonomia não retirava o caráter colonial predominante cf. PRADO, Caio Júnior **Formação do Brasil Contemporâneo**. 23<sup>a</sup> ed. São Paulo: Brasiliense, 1994, cap. **Administração** pp. 298 – 340.

<sup>7</sup> LEITE, Maria Ângela Faggin Pereira **Destruição ou desconstrução**. São Paulo: HUCITEC/FAPESP, 1994. p. 49.

<sup>8</sup> A este respeito cf em obra já clássica LACOSTE, Yves **Geografia: isto serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. Campinas: Papirus, 1988.

Regionalizar passa a ser tarefa de dividir o espaço, segundo diferentes critérios, devidamente explicitados e que variam segundo as intenções explicativas de cada trabalho (...) É nesse sentido que a região passa a ser um meio e não mais um produto. A variabilidade das divisões possíveis é quase infinita, pois são quase infinitas as possibilidades dos critérios que trazem novas explicações, tudo depende da demonstração final a que se quer chegar.<sup>9</sup>

Então adotamos que *todos os conceitos de região são meios de conhecimento da realidade*.<sup>10</sup> Dentro de uma perspectiva econômica, podemos entender, que o conceito de região *está intimamente ligado às formas de produção que vigoram num determinado momento histórico*.<sup>11</sup> Dessa forma, região aparecerá como um conceito a ser construído de acordo com os objetivos a serem alcançados. No nosso caso, apontaremos uma construção histórica da região da Zona da Mata mineira, como a que foi delimitada pela produção cafeeira aí existente no século XIX e início do XX. Claro que é distante de nossos objetivos dar conta de tudo o que foi produzido pelos historiadores sobre a Zona da Mata. Nos desculpamos, de antemão, se omitirmos algum trabalho, visto que isso se dará por desconhecimento, e não por uma pré-escolha.

Para Minas Gerais, trabalhar com região é algo muito ‘apropriado’, pois estaremos tratando de uma das sete regiões já delimitadas por J. Wirth em seu ‘Mosaico Mineiro’. Quando se trata de história de Minas Gerais é essencial sabermos de qual destas regiões estamos falando, por se ter historicamente construções completamente diferentes em suas evoluções. Nesse artigo, trataremos da Zona da Mata, localizada no sudeste mineiro e historicamente responsável, com sua produção cafeeira, por mais de 60% da arrecadação estadual na década de 1870 chegando a 78,02% na década de 1920.<sup>12</sup> Apesar das diversidades intraregionais que a própria Mata mineira irá apresentar, como se verá mais à frente, afirmamos ser a expansão cafeeira ocorrida principalmente a partir da segunda metade do oitocentos que irá garantir uma ‘uniformidade’ econômica para esta região.

Entendemos que a produção historiográfica a partir da década de 90 sobre a Mata mineira traz uma nova visão sobre a história da região, que se diferencia sobre o

---

<sup>9</sup> CASTRO, Iná Elias de; CORREA, Roberto Lobato e GOMES, Paulo César da Costa (orgs.). **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. pp. 62 e 63.

<sup>10</sup> LEITE, Maria Ângela Faggin Pereira *apud* GASPARETTO, Agenor. <http://www.socio-estatistica.com.br/diferentes.htm> Acesso em 25/06/2002.

<sup>11</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>12</sup> PIRES, Anderson. **Capital Agrário, Investimentos e Crise na Cafeicultura de Juiz de Fora 1870/1930**. Dissertação de Mestrado, UFF, 1993; p.21. Cf. também BLASENHEIN, Peter. **As ferrovias de Minas Gerais no século XIX**. In: Locus – Revista de História, 1996, v. 2, n. 2. Juiz de Fora: EDUFJF/NHR. pp. 82 (nota 1) onde o autor aponta que na década de 1890 o café da Zona da Mata mineira correspondia a 75% das receitas do estado de Minas Gerais.

que foi escrito anteriormente por autores que não se basearam em fontes existentes nos arquivos locais, mas sim, por fontes secundárias, via de regra oficiais, que acabaram por consolidar uma visão por nós entendida, como equivocada. Isso é relevante para um melhor acompanhamento da história regional dentro do contexto nacional.

Para melhor entendimento por parte dos leitores, daremos um panorama mais geral da história da região.

No século XVIII, com a construção do ‘Caminho Novo’ (1701-03)<sup>13</sup>, a Mata mineira será inicialmente *zona de passagem* das tropas que se dirigiam da região mineradora – carregadas de ouro – para o porto do Rio de Janeiro e, inversamente, todo tipo de artigos e escravos eram levados para abastecer a região das minas. A partir deste caminho começa a surgir na Mata mineira os primeiros ranchos e pousos, sendo doadas sesmarias ao bandeirante Garcia Paes e seus filhos, que vão se constituir nos primeiros núcleos que temos notícia de ocupação e colonização da região.<sup>14</sup> Assim, esta primeira forma de ocupação estava ligada diretamente ao abastecimento das tropas e a produção de alimentos para a região mineradora.

Esta região, que permanece durante o século XVIII ‘acessória’ e ‘complementar’ à região mineradora, conhece um grande ‘salto’ a partir do século XIX, crescimento este propiciado pela expansão cafeeira, principalmente a partir de meados do século com a construção de uma das primeiras rodovias do país – a União & Indústria.<sup>15</sup> Daí por diante a região assume uma produção ascendente, que vai significar, em média, 20% da produção nacional de café até a década de 20 do século passado, quando então, a região perde espaço para a produção de café do Sul de Minas.<sup>16</sup>

Concomitantemente, a cidade de Juiz de Fora se transforma no principal centro aglutinador deste crescimento e a produção cafeeira propiciará um ‘transbordamento’

---

<sup>13</sup>Renato Pinto Venâncio considera o Caminho Novo ‘inaugurado’, já no ano de 1702; contudo, este não estava ainda totalmente pronto, o que não impedia que houvesse por ele algum tráfego. Garcia Rodrigues Paes termina o Caminho em 1703, após sucessivos pedidos de auxílio à Coroa portuguesa e sucessivas negativas, com o auxílio de seu cunhado Domingos Rodrigues da Fonseca. Cf. VENÂNCIO, Renato Pinto. **Caminho Novo: a longa duração**. Varia História: revista do Departamento de História. Programa de Pós-Graduação. UFMG, Belo Horizonte, nº 21, jul. 1999, págs. 181 a 189. Cf. também CASTRO, Olívio de Albuquerque. **Apontamentos para a história de Matias Barbosa**. Ed. Oficina de Impressão, Juiz de Fora, 1998, págs. 28 e 29.

<sup>14</sup> ESTEVES, Albino **Álbum do Município de Juiz de Fora**. Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1915.

<sup>15</sup> Para aprofundar esta discussão ver, principalmente BLASENHEIN, Peter. **Uma História Regional: A Zona da Mata Mineira - 1870 / 1906**. In: V Seminário de Estudos Mineiros. PROEP/UFMG, Belo Horizonte, 1982. GIROLETTI, Domingos. **A Industrialização de Juiz de Fora**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 10(3): 144-202, Maio 1980.

<sup>16</sup> PIRES, Anderson. op cit.

na própria construção de estradas e ferrovias, além de serviços, comércio e ainda um vigoroso processo de industrialização no final do oitocentos.<sup>17</sup> A imigração para a região foi intensa, principalmente de alemães e italianos e que, numa característica ‘excepcional’ – ao menos para as outras regiões do país – vai ser utilizada, sobretudo em atividades urbanas e industriais, ficando a produção de café até o final do processo da Abolição nas mãos dos escravos, sendo esta região um dos últimos redutos escravistas ao final do período.<sup>18</sup>

\*\*\*

Os estudos sobre o ‘Caminho Novo’ foram os primeiros que abordaram a Zona da Mata mineira, ainda que de forma marginal. Isto porque o ‘Caminho Novo’ exerceu papel fundamental no desenvolvimento do comércio colonial, uma vez que, com sua abertura, a província do Rio de Janeiro passou a ser o principal porto de exportação e importação da colônia, superando definitivamente, pela primeira vez, os portos nordestinos, no dizer da historiadora paulista Mafalda Zemella.<sup>19</sup>

Caio Prado Junior já apontava em sua ‘Formação do Brasil Contemporâneo’ acerca das conseqüências da mineração para a expansão do povoamento e a abertura de novos caminhos que:

A última via para Minas, diretamente do Rio de Janeiro (...) é aberta logo no início do século XVIII, e quando se faz a descoberta de ouro, pelo sertanista Garcia Rodrigues Paes, filho do famoso Fernão Dias. Em princípios do século XIX, este caminho partia, no litoral, do porto da estrela, que os viajantes do Rio alcançavam embarcados pela baía; atinge o alto da serra onde hoje está Petrópolis, e em seguida pelo vale do Piabanha, e transposto o Paraíba, pelo do Paraibuna, entranha-se em Minas Gerais.<sup>20</sup>

Myrian Ellis vai trabalhar, a partir de uma perspectiva fiscal/administrativa, com o referido ‘caminho’, em sua obra ‘Contribuição para um estudo do Abastecimento da Região mineradora no século XVIII’,<sup>21</sup> como sendo um importante registro para o controle das entradas e saídas da região mineradora, no atual município de Matias Barbosa. O ‘Caminho Novo’ foi descrito por Albino Esteves, o primeiro historiador a

---

<sup>17</sup> Ver PIRES, Anderson op cit, e GIROLETTI, Domingos. op cit.

<sup>18</sup> GIROLETTI, Domingos op cit; ANDRADE, Rômulo Garcia. **Limites Impostos Pela Escravidão à Comunidade Escrava e Seus Vínculos de Parentesco: Zona da Mata e Minas Gerais, Século XIX.** Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1995. SARAIVA, Luiz Fernando. **Um correr de casas, antigas senzalas: a transição do trabalho escravo para o livre nas fazendas de café da Zona da Mata mineira – 1870/1900.** Dissertação de Mestrado, UFF, Niterói. 2001.

<sup>19</sup> ZEMELA, Mafalda. op cit. pp. 62-80. Como disse Frédéric Mauro: *as frotas de açúcar tinham-se realmente convertido nas frotas de ouro* In: MAURO, Frédéric. **O Império luso-brasileiro: 1620 – 1750.** Lisboa: Ed. Estampa, 1991, p. 236.

<sup>20</sup> PRADO, Caio Jr. op. cit. pp. 244-245.

<sup>21</sup> ELLIS, Myrian. **Contribuição para um estudo do Abastecimento da Região mineradora no século XVIII.** Departamento de Imprensa Nacional / MEC, 1961, Rio de Janeiro.

trabalhar especificamente com Juiz de Fora e a Zona da Mata mineira, já em 1915, da seguinte forma:

Partindo da Borda do Campo, atravessando a Mantiqueira na garganta de João Ayres, passava em João Gomes (Palmyra), Chapéu d'Uvas, Juiz de Fora, Matias Barbosa, Simão Pereira, Serraria, Entre Rios, Barra do Piraí, descia a serra do Mar sobre Macacos, Inhaúma, Pavuna, Penha e Rio de Janeiro.<sup>22</sup>

Logo, este caminho facilitou o acesso e a fiscalização do ouro da região mineradora para um dos principais centros administrativos dos portugueses no século XVIII, o Rio de Janeiro. A referida cidade, portanto, ganhou destaque a ponto de ser elevada definitivamente à capital da colônia em 1763.

Para nosso estudo, vale ressaltar que foi a partir da construção do Caminho Novo que se iniciou o povoamento da região da atual Zona da Mata mineira. A construção de *ranchos* instalados no referido caminho visava atender a *circulação intensa de tropas, pessoas e mercadorias* que transitavam entre o interior das Gerais e o Rio de Janeiro, segundo Orlando Valverde, em uma das primeiras obras que abordaram o povoamento da Mata mineira.<sup>23</sup> Praticamente todos os autores que trabalharam o 'Caminho Novo' ressaltaram que as primeiras fazendas foram instaladas para a produção de alimentos para as pessoas que passavam pelo caminho e também para serem comercializadas nas próprias minas. Os Relatos de Viajantes como Antonil, Luccok, Saint-Hilaire e Rugendas (dentre outros) vão ser as principais fontes de informação para a maioria dos historiadores que se debruçaram sobre tal tema.

Entretanto, tais fontes apresentam alguns limites. Um destes limites se refere a ênfase dada ao povoamento da região como tendo sido exclusivamente pela sua porção 'ocidental', pela trilha aberta pelo 'Caminho Novo'. A este respeito, novos estudos e a obra de cronistas e historiadores regionais

(...) já têm destacado características bem diferenciadas no caso do povoamento e desenvolvimento econômico da Zona da Mata mineira. A sua posição geográfica é bastante representativa. Localizada entre o litoral – porto do Rio de Janeiro – e a zona mineradora, a mata mineira tornou-se necessariamente uma área de passagem, que, ao mesmo tempo, fazia divisa com a região de Campo dos Goytacazes. E ao expandir-se no complexo hidrográfico do vale do Paraíba, a Zona da Mata passou a fazer divisa com a região do Espírito Santo. A partir de então, o desenvolvimento da Mata mineira será marcado por migrações desconexas e sucessivas, com colonizadores provenientes de regiões distintas.<sup>24</sup>

---

<sup>22</sup> ESTEVES, Albino. op cit. p. 16.

<sup>23</sup> VALVERDE, Orlando. Estudo regional da Zona da Mata de Minas Gerais. In: **Revista Brasileira de Geografia**. Nº 1. janeiro – março de 1958. p. 26.

<sup>24</sup> SARAIVA, Luiz Fernando e GONÇALVES, Lincoln. **Diagnóstico sócio-econômico da cidade de Ubá. 2000**. Página da web: [www.adubar.com.br/diagnóstico](http://www.adubar.com.br/diagnóstico). Acesso em 25/03/2003.



Diante desta nova perspectiva, podemos destacar que o povoamento da Zona da Mata mineira se deu de três formas principais. A primeira, já ‘consagrada’ pela historiografia foi através da abertura do ‘Caminho Novo’ e faz hoje a ligação entre a referida região e a área dos Campos das Vertentes (atual Barbacena), congregando os municípios de Juiz de Fora, Além Paraíba e Leopoldina, por exemplo.<sup>25</sup> A segunda forma de povoamento se deu a partir de meados do século XVIII como resultado da política pombalina de integração dos índios à sociedade luso-brasileira. A área central ocupada hoje pelos municípios de Rio Pomba, Ubá, Visconde do Rio Branco, entre outros, foi povoada por clérigos, pequenos comerciantes e mineradores que vieram da antiga área de mineração decadente já a partir de 1750.<sup>26</sup> Oíliam José foi um dos primeiros historiadores que destacou a presença de padres e particulares com a função de ‘pacificadores’ dos índios, com destaque para a figura do padre Manuel de Jesus Maria e do ‘bandeirante’ Francisco Pires Farinho, na região central da Mata mineira.<sup>27</sup>

A região nordeste que atualmente abrange os municípios de Carangola, Muriaé e Manhuaçu, entre outros, foi ocupada por imigrantes fluminenses. A este respeito, José de Oliveira Vermelho destaca que o povoamento desta região teria se dado por herbanários vindos da região de Campos dos Goytacazes que trocavam manufaturas por ‘drogas do sertão’ com os índios puris.<sup>28</sup>

A partir do momento em que encontramos formas ‘distintas’ de povoamento, podemos entender que a Mata mineira terá também economias diferenciadas nos anos setecentos. Assim, a expansão cafeeira que irá marcar a região já no século XIX, vai ocorrer mais intensamente na região Sul – a região de Juiz de Fora – sendo que, nos dizeres de Ana Lanna *Abandona-se as demais atividades produtivas (...) e o café assume ares de monocultura de exportação.*<sup>29</sup> Na região central *sem manter-se somente pela monocultura do café, a região (...) diferenciava-se bastante de outras cidades [da Zona da Mata mineira], pela ‘coexistência’ de diversas atividades agro-exportadoras.*<sup>30</sup>

---

<sup>25</sup> Ângelo Carrara já havia destacado este povoamento ‘diferenciado’ para as Regiões da Zona da Mata mineira em sua dissertação de Mestrado. CARRARA, Ângelo. **A Zona da Mata mineira: Diversidade Econômica e Continuísmo (1839 – 1909)**. Dissertação de Mestrado: Niterói, UFF, 1993. pp 11 e 12.

<sup>26</sup> SARAIVA, Luiz Fernando e GONÇALVES, Lincoln, op. cit.

<sup>27</sup> JOSÉ, Oíliam. **Visconde do Rio Branco: Notas para sua História**. S/L e S/E. 1952 cf. também do mesmo autor **Marlière, o Civilizador (esboço biográfico)**. Belo Horizonte, ed. Itatiaia, 1958.

<sup>28</sup> ANDRADE, Rômulo. **Família Escrava e Estrutura Agrária nas Minas Gerais Oitocentistas**. In: CEDHAL – USP.

<sup>29</sup> LANNA, Ana **A Transformação do Trabalho: A passagem para o trabalho livre na Zona da Mata Mineira, 1870 – 1920**. Campinas, ed UNICAMP, 1988. p. 89

<sup>30</sup> SARAIVA, Luiz Fernando e GONÇALVES, Lincoln, op. cit. Caio Prado Junior em obra já citada afirma que “por aí transitavam as vias de comunicação para as Minas e ao longo delas estabeleceram-se

O café coexistia então com a produção de fumo e de aguardente, que também era exportada, principalmente para o Rio de Janeiro.

A última região (a nordeste) teve a sua economia inicialmente ligada ao extrativismo – raízes medicinais, poaia, aves vivas e peles secas de animais – que era ‘escoado’ para Campos dos Goytacazes pelo rio Muriaé. No início do século XIX, Rômulo Andrade aponta para o ‘autofinanciamento’ de lavouras de cana-de-açúcar para a região de Muriaé, sendo que ainda esta área somente terá grande produção cafeeira em fins do século XIX e início do XX.<sup>31</sup> Entretanto, será o café e sua expansão em meados do século XIX que irá conferir a Mata mineira, um unidade econômica, com especificidades que a irão diferenciar das demais regiões cafeeiras do sudeste brasileiro durante os oitocentos.

Vale lembrar que o ‘Caminho Novo’ continuou importante mesmo após o declínio da produção aurífera, transformando-se, ainda no século XVIII, em uma importante área de produção de alimentos. Essa característica vai se acentuar no século XIX, quando a área se transformar em um canal de escoamento de mercadorias produzidas na própria região, além de mercadorias oriundas do Sul e de outras regiões de Minas que abasteciam a Corte, no Rio de Janeiro, invertendo o movimento da rota<sup>32</sup> construída para abastecer a região aurífera. Esse ponto é de vital importância, pois estudos recentes deram excessiva atenção ao Sul das Gerais não dando o merecido destaque para a área de passagem entre essa província e o Rio de Janeiro. Dado a sua maior proximidade com a capital da colônia, depois do Império – o Rio de Janeiro – entendemos ser esta uma ‘lacuna’ na história da região o que demanda estudos mais específicos e a utilização de novas fontes.

As principais fontes em que tais estudos se basearam foram os relatos dos viajantes e algumas documentações de caráter oficial como relatórios de membros da administração portuguesa e em poucas e esparsas anotações pessoais de funcionários conscienciosos de suas atividades, como foi o caso do Códice organizado pelo Ouvidor-geral de Minas Gerais na segunda metade do século XVIII, Caetano da Costa Matoso,<sup>33</sup>

---

muitas fazendas que se destinavam, sobretudo a abastecer a capital e os viajantes e tropas que transitavam de uma para outra capitania. Também se cultivava aí alguma cana-de-açúcar, como em Pau Grande e Ubá, propriedades visitadas por Saint Hilaire na sua primeira viagem para Minas”. PRADO, Caio Junior, op. cit. p. 83

<sup>31</sup> ANDRADE, Rômulo op. cit.

<sup>32</sup> LENHARO, Alcir. **As tropas da moderação (o abastecimento da Corte na formação política do Brasil: 1808 – 1842)**. Ed. Símbolo. São Paulo. S. P. 1979. Pág. 48

<sup>33</sup> MATOSO, Caetano da Costa. In: **Códice Costa Matoso**. Coordenação Geral: Luciano Raposo de Almeida Figueiredo e Maria Verônica Campos. Ed. Fundação João Pinheiro. Belo Horizonte, 1999.

e de outro códice menos famoso, porém, tão importante quanto, organizado pelo escrivão e contador da Real Fazenda Francisco Antônio Rebelo,<sup>34</sup> também produzido na segunda metade do setecentos. Estas fontes, no que se refere à primeira metade do século XVIII, são escassas, uma vez que Portugal não estimulava seus funcionários a realizarem relatórios sistemáticos sobre suas atividades.<sup>35</sup> Essa postura muda, a partir da segunda metade dos Setecentos, em função da maior centralização política efetivada por Pombal. Em outras palavras, os historiadores, no que se refere à primeira metade do XVIII, se viram obrigados a usar os relatos de viajantes e coevos para o estudo do período no Brasil, particularmente para as Minas Gerais. Mônica Ribeiro de Oliveira destaca alguns limites na utilização dos relatos dos viajantes quando comenta que:

A história de Minas, como objeto da obra de memorialistas, cronistas e viajantes, é a história dos primeiros povoados e vilas, de suas respectivas atividades econômicas e acidentes geográficos, com o relato pontuado de fazendas e fazendeiros encontrados no meio do caminho e com observações acerca dos costumes e modos de vida. Muitos desses relatos foram utilizados, por parte da historiografia, como principal referência para a produção de trabalhos acadêmicos sem, contudo, atentar-se para os limites destas fontes. Com relação aos relatos de viajantes, uma roça de alimentos que era importante para uns, para outros, era inexpressiva, gerando, claramente uma ausência de unanimidade entre aqueles que passaram pelo mesmo período na região.<sup>36</sup>

As novas fontes organizadas nos arquivos locais a partir dos anos 90 deram um grande impulso às pesquisas sobre a região. O Projeto Resgate<sup>37</sup> ao digitalizar os documentos avulsos do Conselho Ultramarino relativos as capitânicas de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo<sup>38</sup> abriu novas e promissoras perspectivas para os estudos sobre a Região. Alguns estudos recentes, fazendo usos destas fontes sobre o século

---

<sup>34</sup> REBELO, Francisco Antônio. In: **Erário régio de S. M. F. ministrado pela Junta da Real Fazenda de Vila Rica**. Análise e organização: Tarquínio J. B. de Oliveira. Ed. Escola de Administração Fazendária/ESAF. Brasília, 1976.

<sup>35</sup> Se compararmos a administração lusa com a administração espanhola na América, percebemos que os espanhóis vão produzir um volumoso número de anotações e relatórios oficiais abordando desde os costumes até a economia das mais diversas áreas da América Hispânica.

<sup>36</sup> OLIVEIRA, Mônica Ribeiro. **Negócios de Famílias: mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira – 1780/1870**. Tese de doutoramento, UFF, 1999.

<sup>37</sup> Esse projeto, cujo nome oficial é Projeto Resgate Barão do Rio Branco, é fruto de um trabalho conjunto entre historiadores, instituições de pesquisa e universidades brasileiras e portuguesas e dos governos desses países que, ao longo dos anos 90 do século passado se esforçaram em disponibilizar para um grande número de pessoas essas fontes sobre a história brasileira existentes em Portugal. Este projeto fez parte dos trabalhos relativos às Comemorações dos 500 Anos da Descoberta do Brasil.

<sup>38</sup> O projeto engloba todos os documentos avulsos de todas as 20 capitânicas existentes no Brasil Colonial e que possuíam algum documento no Arquivo Histórico Ultramarino, criado em Portugal no ano de 1931. Interessa-nos apenas destacar estes três, pois são particularmente importantes para a história da região.

XVIII, abordando o Caminho Novo, têm contribuído para ampliar os horizontes sobre as Minas dos setecentos.<sup>39</sup>

Os estudos sobre as primeiras décadas do XIX ainda são escassos, existindo várias lacunas a serem exploradas por novas pesquisas. Dessa forma, citaremos aqui os trabalhos por nós conhecidos sobre o período, que apesar de em pequeno número, se apresentam como bastante significativos.

Um debate que podemos considerar clássico sobre a economia em Minas Gerais inaugurou-se com o trabalho de Amílcar Martins Filho e Roberto Borges Martins “Slavery in a Non-Export Economy: Nineteenth-Century Minas Gerais Revisited”, publicado em 1983.<sup>40</sup> A tese central dos autores questionava a suposta decadência das Minas Gerais, a partir da crise e decadência da mineração. Tal estudo se baseou na análise da importação/exportação de escravos da capitania depois província de Minas Gerais. No entender dos autores – o que constituiu uma grande inovação para a historiografia nacional – a capitania da Minas Gerais continuou como “importadora líquida” de escravos ao final dos setecentos até a abolição da escravidão, o que significa dizer um maior dinamismo da economia mineira mesmo com a decadência da atividade mineradora.<sup>41</sup> A polêmica suscitada pelos dois autores refere-se a atividade principal desempenhada por tais escravos. Para eles, ainda no artigo de 1983, essas atividades voltariam-se principalmente para a manutenção de um mercado interno, ou seja, esses escravos não estariam, majoritariamente, ligados ao setor agroexportador. Robert Slenes em seus artigos “A escravidão numa economia ligada à exportação (perspectivas alternativas sobre Minas no século XIX)” e “Os múltiplos de porcos e diamantes – centro dinâmico e mercado interno em Minas oitocentista” passou a questionar a real utilização dos escravos para a economia mineira do século XIX. Segundo este autor, para além de uma agricultura e pecuária de subsistência, as Minas Gerais mantiveram taxas “líquidas” de importação de escravos associadas a expansão da cafeicultura e de

---

<sup>39</sup> Destaque para os trabalhos de ARAUJO, Luiz Antônio. **Contratos nas Minas Setecentistas: o estudo de um caso João de Souza Lisboa (1745-1765)**. Dissertação de Mestrado, UFF, 2002 e de LAMAS, Fernando Gaudereto. **Contratos nas Minas Setecentistas** (título provisório). Dissertação de mestrado pela UFF (em andamento).

<sup>40</sup> MARTINS FILHO, Amílcar V. e MARTINS, Roberto B. **Slavery in a Non-Export Economy: Nineteenth-Century Minas Gerais Revisited**. IN: HAHR, v. 63. n. 3, agosto, 1983, pp 537-590.

<sup>41</sup> MARTINS, Roberto Borges. **Minas e o tráfico de escravos no século XIX, outra vez**. In: SZMRECSÁNYI, Tamas e LAPA, José R. do Amaral. **História Econômica da Independência e do Império**. 2ª ed. Revista. São Paulo: HUCITEC/ABPHE/Ed da USP. Imprensa Oficial, 2002. p. 121 (tabela).

outras atividades agroexportadoras.<sup>42</sup> Já na década de 90, Roberto B. Martins em seu artigo “Minas e o tráfico de escravos no século XIX, outra vez” admitia a maior participação da escravaria mineira em atividades agroexportadoras, incluindo o renascimento da atividade mineradora – de diamantes e da metalurgia do ferro – diminuindo a importância do setor cafeeiro da Zona da Mata mineira, ao menos para a primeira metade do XIX.

A crítica inicial de Slenes de como uma economia de baixo nível de mercantilização teria capitais suficientes para a aquisição de grande número de escravos, foi respondida por Roberto Martins em seu artigo de 1993, onde esse autor coloca a participação dos setores exportadores, que teria uma participação ‘menor’ em seus artigos anteriores. No nosso entendimento, a abordagem que se dá à Mata mineira nestes trabalhos é marginal. Aparece como uma região menos significativa dentro da província que estes autores tentaram entender como um todo interligado, as Minas Gerais, apesar das diferenças econômicas serem por eles mesmos apontadas. Roberto Borges Martins destaca que a Zona da Mata mineira somente era possuidora de 1/3 dos escravos de toda a província – embora não relativize o fato de que esta representava pouco mais de 5% do território de Minas.<sup>43</sup>

Ângelo Carrara, em sua dissertação de mestrado “A Zona da Mata mineira: diversidade econômica e continuísmo (1839-1909)”, é o primeiro a chamar a atenção para este fato, pois, ao discutir com a historiografia supracitada, destaca que *a própria diversidade econômica da província obsta a generalizações*.<sup>44</sup> O autor critica também a abordagem de Douglas Libby que numa edição ‘ligeiramente revisada’ de sua tese de doutoramento, teria entendido a Zona da Mata mineira como tendo um engajamento na economia de subsistência anteriormente à chegada do café – a partir da análise dos dados censitários, levando em conta estrutura ocupacional, proporção entre livres e escravos e padrão de distribuição da propriedade de escravos – supondo ser a produção agrícola voltada para o autoconsumo, como também para o mercado nacional, o que uniformizava as regiões mineiras. Esse mesmo autor afirma que:

(...) a Zona da Mata é a única região mineira que registrou um aumento da porcentagem de escravos na sua população entre 1831 e 1854-57. Não obstante o caráter estimativo do censo da década de 1850, esse aumento é

---

<sup>42</sup> SLENES, Robert. **Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX**. In: Cadernos do IFCH – UNICAMP, n. 17. junho de 1985.

<sup>43</sup> MARTNS, Roberto. op cit. e SLENES, Robert. op cit.

<sup>44</sup> CARRARA, **A Zona da Mata mineira: diversidade econômica e continuísmo (1839-1909)**. Dissertação de mestrado, UFF, 1993. p. 26.

bastante plausível, dada a rápida ascensão da cafeicultura ocorrida justamente nessa época.<sup>45</sup>

Carrara percebe uma certa confusão nessa análise, já que o autor mistura municípios onde existe o latifúndio monocultor, como Santana do Deserto, com Rio Pomba, que possuía predomínio de agricultura de subsistência ou para comércio local.<sup>46</sup>

Pelo exposto, fica claro que existia uma maior diversidade econômica na Mata mineira, além de maiores especificidades para a região não compreendida pela maior parte da historiografia que abordou a economia das Minas Gerais no final do XVIII e início do XIX.

Também estudando o final do XVIII e início do XIX, Mônica Ribeiro de Oliveira, em sua tese de doutoramento, se debruça sobre a origem e consolidação da cafeicultura matense, apontando o trânsito de capitais e elites vindas da mineração e das redes comerciais da província – especificamente as sub-regiões *Vertentes-Mantiqueira* e *Central-Matalúrgica*<sup>47</sup> – que serviriam como base de financiamento à cafeicultura. Para a autora o conceito de ‘Mosaico Mineiro’ deve ser minimizado, ao menos para o final do XVIII e grande parte do XIX, posto que teria ocorrido uma intensa migração realizada pelas elites destas várias regiões de Minas. Entretanto, Peter Blasenhein em uma obra anterior já havia destacado que parte do povoamento da Zona da Mata mineira teria também se dado por cafeicultores fluminenses, além das ‘ondas’ de colonização para as partes ‘centrais’ e ‘nordeste’ da Mata, como já aqui exposto anteriormente. Entendemos então que o povoamento da Mata mineira teria se dado de formas diversas e o próprio desenvolvimento da região durante o século XIX acabaria por reforçar uma grande diferenciação – quer econômica, política ou social – que mantém a idéia do ‘Mosaico Mineiro’, por ser uma região com características próprias, embora obviamente ligada à província e ao Império.<sup>48</sup> O grande mérito da autora é a de destacar que a cafeicultura da Mata não foi uma simples extensão do sistema agrário fluminense e sim, vinculada à *acumulação endógena de capital mercantil da*

---

<sup>45</sup> LIBBY, Douglas Cole. **Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX**. Ed. Brasiliense, São Paulo, 1988, pág. 52.

<sup>46</sup> CARRARA, Ângelo. op cit. p. 26.

<sup>47</sup> O conceito de sub-região é adotado pela autora e nós optamos por colocarmos as suas idéias tais como aparecem em sua tese de doutoramento.

<sup>48</sup> Entendemos também ser difícil aplicar o conceito de ‘Mosaico Mineiro’ à Minas Gerais, antes do século XIX. De fato, a capacidade que a mineração terá para aglutinar as várias regiões da capitania, depois província das Minas Gerais, e também de outras regiões do país é por demais conhecida da historiografia. Para esclarecimentos extras sobre este ponto, cf. principalmente ZEMELLA, Mafalda, op. cit.

*província*.<sup>49</sup> Um outro ponto importante no trabalho foi o de iniciar os estudos em cartas de sesmarias, inventários *post-mortem*, listas nominativas de famílias, mapas de população, além de outros documentos cartoriais *inéditos*. Isto, porque durante a primeira metade do XIX, grande parte da Mata mineira pertencia ao Termo de Barbacena, sendo que a lacuna nos estudos referia-se a ausência de fontes de pesquisa organizadas para a região, além dos já citados Relatos de Viajantes e fontes congêneres.

Este período, o século XVIII, continua merecendo um maior aprofundamento, pois existem ainda diversas lacunas, quanto à questões como povoamento, demografia, financiamento das lavouras, relações econômica com outras áreas, etc. Sendo, portanto, um período merecedor de maiores estudos na história de Minas Gerais.

Se até 1960 a Zona da Mata era uma *Região silenciosa dentro da historiografia de Minas*,<sup>50</sup> a partir da década de 80 vários estudos resgataram a importância da região. Ao menos para a segunda metade do Oitocentos, onde a cafeicultura garantiu a riqueza e o auge econômico da Mata mineira. Autores como João Heraldo Lima, Peter Blasenhein, Ana Lanna e Domingos Giroletti, dentre outros, ampliaram a percepção sobre esta região e apontaram para ‘alternativas’ dentre as visões ‘clássicas’ da expansão da economia no sudeste brasileiro. Já no final da década de 80, novos estudos, capitaneados principalmente pelas pesquisas de mestrado e doutorado dos professores da UFJF, na criação do Núcleo de História Regional ligado a esta instituição e na consolidação de Arquivos Históricos, notadamente o Arquivo Histórico da UFJF e Arquivo Histórico da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora. A Zona da Mata mineira aparece como uma região bem mais desenvolvida do que se percebia até então, dotada de ritmo e dinâmica próprios que, além de destruir as visões estereotipadas sobre a sua dependência com o ‘centro’ que seria o Rio de Janeiro, colocam em cheque a própria visão de uma expansão econômica e política do sudeste apoiadas em ‘modelos’ paulistas e fluminenses, sem existir alternativa ou outros projetos.

Estes novos estudos têm demonstrado que a produção de café para a região foi muito mais significativa do que até então se pensava. Trabalhos como o de Rômulo Garcia, Anderson Pires, Luiz Fernando Saraiva e Rita Almico,<sup>51</sup> entre outros, têm confirmado uma maior dinâmica na cafeicultura matense, tanto no que tange ao

---

<sup>49</sup> OLIVEIRA, Mônica R. p. 316.

<sup>50</sup> BLASENHEIN, op cit.

<sup>51</sup> PIRES, Anderson op cit, ANDRADE, Rômulo Garcia op cit e ALMICO, Rita de Cássia da S. **Fortunas em Movimento: Um Estudo Sobre as Transformações na Riqueza Pessoal em Juiz de**

tamanho das propriedades, a capacidade monetária dos grandes fazendeiros e mesmo a questão do esgotamento dos solos, ou o fechamento das fronteiras ainda no XIX, como até então se afirmava.

Parte desta ‘renovação’ na historiografia se deve ao fato que estes estudos mais recentes foram realizados a partir da disponibilização de novas fontes – inventários *post-mortem*, listas de leilões e matrículas de escravos, por exemplo – sendo então necessário revermos a percepção sobre a economia da Mata em fins do XIX.

Assim, poderíamos colocar uma análise ‘consagrada’ da estrutura agrária da Mata feita por Ana Lanna:

Mas se compararmos as propriedades mineiras com aquelas do Oeste Paulista constataremos seu reduzido tamanho e volume de produção. A economia mineira do século XIX caracterizou-se pela diversidade econômica e pela importância de atividades mercantis não vinculadas à produção voltada para a exportação internacional – ouro, café e cana. A economia cafeeira vinculava-se fundamentalmente ao Rio de Janeiro, por onde era exportada a quase totalidade da produção e onde localizavam-se as instituições creditícias e comercializadoras do produto.<sup>52</sup>

A partir da leitura do parágrafo acima, podemos perceber o quanto tem variado a compreensão sobre a Zona da Mata. A visão, tida como consensual, do predomínio da pequena e média propriedade cafeeira para a Região vem principalmente de João Heraldo Lima que toma por base o relatório publicado pelo engenheiro Carlos Prates em 1906 – encarregado pelo Governo de Minas de examinar as condições das diversas lavouras da Zona da Mata. No citado relatório, Prates aponta para a existência das pequenas e médias unidades produtivas, o que Lima acaba por considerar como correto para a região.<sup>53</sup> Entretanto, Rômulo Garcia de Andrade questiona esta visão ao afirmar que “*ao nosso ver falta-lhe comprovação empírica para tal opinião*”,<sup>54</sup> através do estudo de inventários *post-mortem* e dos Editais de Leilões publicados nos jornais de Juiz de Fora, pesquisados entre os anos de 1870/80, o autor encontrou que o tamanho médio das propriedades da Mata era o de 236 alqueires com plantéis compostos entre 60 a 198 escravos e 237.714 pés de café. Isto significava que, em média, as

---

**Fora/1870–1914.** Dissertação de Mestrado. Instituto de Economia/Unicamp, 2001. SARAIVA, Luiz Fernando. op. cit.

<sup>52</sup> LANNA, Ana Lúcia Duarte. op. cit p. 15

<sup>53</sup> LIMA, João Heraldo. **Café e indústria em Minas Gerais 1870/1920.** RJ: Ed. Vozes, 1981, p. 26-37. LANNA, Ana. op. cit. também corrobora com esta visão.

<sup>54</sup> ANDRADE, Rômulo Garcia. *Escravidão e Cafeicultura em Minas Gerais: O Caso da Zona da Mata* In **Revista Brasileira de História.** São Paulo: Volume. 11, no. 22, pp. 95-125 mai/ago. 1991. p. 96.



propriedades da Zona da Mata só não eram superiores ao Espírito Santo e em número de pés de café inferiores somente ao do Rio de Janeiro.<sup>55</sup>

Luiz Fernando Saraiva ampliou ainda mais esta percepção do predomínio de latifúndios na produção cafeeira da Mata mineira, estudando um período maior, 1870 – 1900 e, também, um número maior de inventários *post-mortem* para o município de Juiz de Fora, encontrou que o tamanho médio das grandes fazendas de café seria de 280 alqueires de terra, com 93 escravos (em média) e 264.572 pés de café. Ao mesmo tempo, o autor mostra que parte da visão de Carlos Prates estava condicionada pela crise no preço do café na primeira década do século XX e, também, pela comparação com as novas fazendas do Oeste paulista, estas bem maiores do que as médias das fazendas das várias regiões cafeeiras do XIX. O relato de Carlos Prates, embora tenha sido feito no início do século XX, será utilizado retroativamente para análise das condições gerais da cafeicultura da Mata mineira no século XIX, tanto por João Heraldo Lima, quanto por Ana Lanna.

Ao mesmo tempo, a visão de uma produção marcada pela “*diversidade econômica e pela importância de atividades mercantis não vinculadas à produção voltada para a exportação internacional*”, é percebida nas pesquisas nos inventários *post-mortem* de Juiz de Fora, que apontam uma produção de alimentos e criação de animais domésticos nas fazendas comprovadas também por Rômulo Andrade. Porém, esse mesmo autor ressalta que esta produção era mais para o consumo interno, não se constituindo em grande atividade mercantil.<sup>56</sup> Sônia Souza em sua dissertação de mestrado trabalha com as pequenas unidades produtoras de alimentos, demonstrando que existia, ao lado das grandes unidades produtivas de café um mercado voltado para a produção de alimentos que abasteceria, segundo a autora, as próprias fazendas de café, bem como ao município de Juiz de Fora, ao menos para o período de 1850 até 1888.<sup>57</sup> Entendemos, entretanto, que a produção de alimentos na região era parte de um complexo agroexportador regional, já demonstrado por Pires.<sup>58</sup>

Por fim, a vinculação da região à estrutura financeira e creditícia do Rio de Janeiro também deve ser relativizada. Até a década de 80 do XIX o financiamento da

---

<sup>55</sup>Idem, ibidem. p. 95–97 a partir do estudo de ALMADA, Vilma Paraíso Ferreira de. **Escravidão e Transição**. Rio de Janeiro, Ed Graal, 1984, p. 90.

<sup>56</sup> ANDRADE, Rômulo Garcia. op cit.

<sup>57</sup> SOUZA, Sônia. **Além dos Cafezais: produção de alimentos e mercado interno em uma região de economia agroexportadora – Juiz de Fora na segunda metade do XIX**. Dissertação de Mestrado: Niterói, UFF, 1998.

<sup>58</sup> PIRES, Anderson. op cit p. 63.

cafeicultura era feito principalmente por comissários de café do Rio de Janeiro. Cabia a eles também a comercialização nas duas vias: de venda do café e de oferta de produtos para abastecimento da região. Além desses comissários, também os capitalistas irão desempenhar um papel relevante na oferta de crédito dessa economia cafeeira da Mata. Com a fundação de dois bancos, ainda na década de 1880, esse panorama começaria a ser revertido. O Banco Territorial e Mercantil de Minas Gerais (BTMM), primeiro banco de Minas Gerais, fundado em 1887 e o Banco de Crédito de Real (até há pouco tempo em funcionamento), fundado em 1889, teriam sua fundação ligada a capital de origem local, significando que:

Ainda como corolário deste processo, a atividade financeira parece ter adquirido uma autonomia frente a atividade comercial que é sintomático de seu desenvolvimento: passa a existir cada vez mais como um segmento próprio, autônomo, com contornos e limites relativamente definidos no interior da estrutura econômica agroexportadora e com funções e papéis específicos no processo geral de reprodução daquela estrutura.<sup>59</sup>

Ou seja, a estrutura agroexportadora da Zona da Mata foi capaz de gerar um aparelhamento bancário, que foi se desvinculando, aos poucos, da dependência que a Mata tinha com o crédito externo à região, principalmente das casas creditícias do Rio de Janeiro. A partir de 1890, muito embora permanecesse a função comercializadora, a figura do comissário como financiador vai, paulatinamente, dar lugar aos bancos e a capitalistas da própria Mata.<sup>60</sup> A principal contribuição dessa nova visão é a capacidade que a região tinha de reter capital endogenamente, não apresentando o envio de capital para fora da Zona da Mata mineira, principalmente para o Rio de Janeiro, como demonstrado por uma historiografia mais tradicional sobre a região. A participação do crédito de origem do Rio de Janeiro será majoritária até os anos de 1890, ainda que se tenha uma significativa participação do capital de origem local (de 1870/1889 a participação do capital de origem local e do Rio de Janeiro será, em média de 24,81% e 68,53%, respectivamente).<sup>61</sup> A partir da década de 90 do XIX o capital local terá maior participação – com a ressalva de ser esse de origem agrária, fazendeiros que são também credores para a cafeicultura da Zona da Mata – com 99,39% de 1890/99, 77,58% para 1900/09 e 88,17% nos anos de 1910/19.<sup>62</sup>

---

<sup>59</sup> PIRES, Anderson. op cit. p. 55.

<sup>60</sup> Idem, pp. 48-79. Cf. também ALMICO, Rita. op cit.

<sup>61</sup> PIRES, Anderson. op cit. p. 58.

<sup>62</sup> PIRES, Anderson. op cit. p. 58 (tabela 9).

Na verdade, o que os novos estudos têm apontado é o fato de que a produção cafeeira na Zona da Mata mineira criou um complexo agroexportador que somente começou a entrar em crise com a decadência do café a partir do final dos anos 20 do século XX. Para nós, em São Paulo a existência de fronteiras abertas no Oeste Paulista durante o século XIX e na primeira metade do XX garantiu, entre outros fatores, a acumulação de riquezas em taxas maiores que das demais regiões do sudeste brasileiro.<sup>63</sup> Significa dizer que, a área própria para o plantio de café se esgota no Rio de Janeiro e na Mata mineira, ‘travando’ a expansão da economia cafeeira, o que não irá ocorrer com São Paulo, que terá terras propícias para o plantio dos cafezais em quantidades bem superiores as outras regiões no final do XIX e primeiras décadas do XX.

Para Ana Lanna e João Heraldo, a região já contaria com as *fronteiras agrícolas* fechadas a partir da última década do século XIX, sendo que então, por volta de 1910, o café na região já estaria em decadência como um todo, decadência esta prolongada por todo o século XX.<sup>64</sup> Anderson Pires se contrapõe a esta idéia, quando demonstra que a produção cafeeira da Mata foi, para até 1926, superior às demais regiões mineiras, sendo então, a Zona da Mata, o principal produtor cafeeiro durante o período de 1870 a 1920 (cf gráfico I). Se não existiam fronteiras abertas como no Oeste Paulista, onde segundo José de Souza Martins *o principal negócio dos cafeicultores era a criação de novas fazendas*,<sup>65</sup> vemos, entretanto, que a região não apresentava um esgotamento de terras, como já era sensível no Vale da Paraíba, principalmente fluminense, onde Fragoso, em trabalho sobre Paraíba do Sul demonstra terem as matas virgens preço superior ao dos próprios cafezais<sup>66</sup>. Em Juiz de Fora somente a partir da abolição as matas virgens irão ultrapassar os cafezais, sendo que no interior das fazendas ainda havia possibilidade de expansão das lavouras cafeeiras.<sup>67</sup>

---

<sup>63</sup> BLASENHEIN, Peter. op cit.

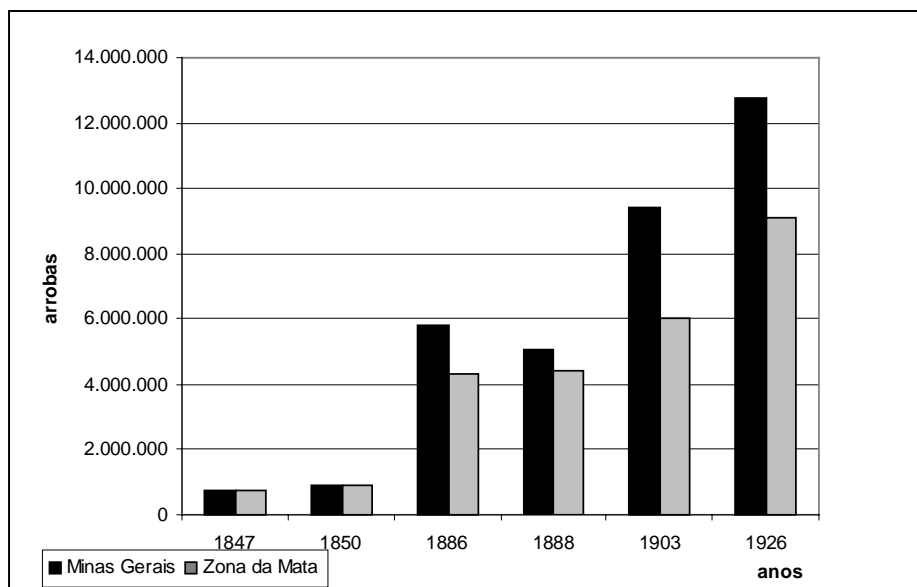
<sup>64</sup> Ver principalmente em LANNA, Ana L. D. op cit. e LIMA, João Heraldo. op cit.

<sup>65</sup> MARTINS, José de Souza. **O Cativo da Terra**. 2<sup>a</sup>. ed. São Paulo: Ciências Humanas, 1981, p. 68.

<sup>66</sup> FRAGOSO, João L. Ribeiro. **Sistemas Agrários em Paraíba do Sul (1850-1920): Um Estudo de Relações Não-Capitalistas de Produção**. Dissertação de Mestrado. UFRJ, 1983. Cf. também STEIN, Stanley. **Grandeza e Decadência do Café do Vale do Paraíba**. Tradução de Edgar Magalhães. São Paulo: Brasiliense, 1961.

<sup>67</sup> Cf. SARAIVA, Luiz Fernando. **Um Correr de Casas, Antigas Senzalas: A transição do trabalho escravo para o livre nas fazendas de café, 1870 – 1900**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em História UFF, 2001 p. 164 (gráfico).

**Gráfico I: Participação Relativa da Produção de Café da Zona da Mata na Produção de Minas Gerais**



Fonte: Anderson Pires, op cit. p. 96.

Se considerarmos a análise de Pires, vemos que *a produção de café na Zona da Mata Mineira não entra em decadência no período imediatamente após a abolição*, devendo mesmo o seu impacto ser relativizado, pois a produção continuou ascendente durante todo o período. Ao mesmo tempo, *a mão-de-obra escrava foi a principal forma de trabalho utilizada pelos cafeicultores da região até a lei Áurea* – fato este incontestado por toda a historiografia.<sup>68</sup> Temos, então, que a não só a transição para o trabalho livre se deu sem comprometer a produção, mas que, também esta transição se revela fundamental para entendermos a cafeicultura da Mata para todo o período. Para além, vemos que *a mão-de-obra imigrante não se constituiu na principal modalidade de trabalho para a região*, sendo que a utilização de italianos e alemães foi voltada principalmente para atividades urbanas e industriais.<sup>69</sup> Ou seja, na verdade temos um quadro muito mais complexo e multifacetado do que até então se supunha.

A construção da Rodovia União & Indústria por Mariano Procópio Ferreira Laje, na década de 60 do século XIX, acelerou o desenvolvimento da Mata Mineira, pois facilitou o escoamento do café produzido na região para o Rio de Janeiro.<sup>70</sup> A Cia. União & Indústria, empresa criada para construção da estrada de mesmo nome,

<sup>68</sup> SARAIVA, Luiz Fernando. op cit. Cf. especialmente o Capítulo I.

<sup>69</sup> GIROLETTI, Domingos. op cit.

<sup>70</sup> GIROLETTI, Domingos. **Industrialização de Juiz de Fora (1850 – 1930)**. Ed. UFJF. Juiz de Fora. M. G. 1988. p. 33.

capitaneada por Mariano Procópio, tinha como objetivo ligar Minas ao Rio de Janeiro com maior eficiência. Tal como já foi anteriormente citado, houve uma inversão das rotas, pois se no século XVIII o Rio de Janeiro abastecia Minas Gerais, principalmente no tocante a produtos de luxo e escravos, no século XIX Minas vai abastecer o Rio de Janeiro, seja com café, objetivando a exportação pelo porto carioca, seja com outros produtos agrícolas. As técnicas para a construção da dita rodovia, usando macadame que era um produto relativamente ‘novo’ para o seu calçamento e pontilhões de ferro para as passagens e abismos, bem como a utilização de mão-de-obra especializada – com a vinda de imigrantes alemães que trabalharam na sua construção<sup>71</sup> – e, principalmente, a forma como se estruturou a empreitada, como uma empresa formada por associação de capitais nacionais privados e públicos, denota a capacidade da região para acompanhar a modernização que atingia o Brasil de forma incompleta. Agassiz vai afirmar que a União & Indústria *oferece todas as facilidades de transportes desejáveis às ricas colheitas de café que, de todas as fazendas da região, descem incessantemente para o Rio.*<sup>72</sup>

A importância da região para o desenvolvimento do mercado interno inicia-se, no nosso ponto de vista, na primeira metade do século XVIII e desenvolve-se no decorrer do século XIX. Logo, os estudos sobre a Mata Mineira tornam-se importantes para a compreensão do início de um processo que culminou com a industrialização da região da Mata Mineira em fins do século XIX e início do século XX. Peter Blasenhein em um artigo que aborda a dificuldade dos transportes vivenciada pelos cafeicultores da região e o impacto da chegada das ferrovias afirma que:

Esta situação mudou dramaticamente no final da década de 1870, quando o sul e o centro da Mata foram ligadas por ferrovias à cidade do Rio de Janeiro. As exportações de café quase dobraram entre 1875 e 1880, um aumento que os fazendeiros atribuíam à locomotiva. A maioria das ferrovias da Mata foram construídas com capital particular, mas o governo provincial estimulou o crescimento garantindo aos investidores um retorno de 7% no seu capital ou concedendo subsídios a companhias baseados em quilometragem.<sup>73</sup>

Neste trecho podemos perceber a importância que as ferrovias irão ter para a Mata mineira, além da capacidade dos grandes fazendeiros em mobilizarem recursos para a construção das mesmas. O trabalho de Peter Blasenhein trata de todo o processo

---

<sup>71</sup> Muito embora a utilização de escravos para a construção também muito significativa, como parte de uma historiografia tradicional se recusou a ver. Cf. a este respeito GIROLETTI, op. cit. p. 65 (tabela 16 e nota 1).

<sup>72</sup> ESTEVES, Albino op. cit. p. 61.

<sup>73</sup> BLASENHEIN, Peter. op cit.

de construções de ferrovias na região que, nas suas palavras, vão viver uma verdadeira ‘febre’ entre os anos de 1870 e 1890, quando as diversas ferrovias construídas começaram a entrar em crise.

As construções de ferrovias se constituem assim, em um aspecto da diversificação econômica da Mata mineira, propiciada pela expansão cafeeira. Outros setores da economia local também irão se desenvolver, como, por exemplo, as indústrias. Na primeira obra sobre a Indústria na região, Domingos Giroletti abordou o financiamento das indústrias locais a partir da expansão cafeeira e da vinda de imigrantes para a região – alemães, ainda na década de 60 do século XIX, para a construção da União & Indústria e italianos, libaneses e portugueses, para o final do século XIX com a fundação da Hospedaria Horta Barbosa e a dinamização da cafeicultura regional – a referida industrialização, segundo o autor se deu em base mais modestas que a ocorrida em São Paulo, basicamente por 04 fatores, a saber:

1º a estrutura comercial de exportação de café e de importação, o sistema financeiro e o mercado de capitais todos monopolizados pelo Rio de Janeiro, significando, portanto, o escoamento de recursos para a capital do país.

2º As mudanças que se processaram no país no final do oitocentos que, ao transformaram São Paulo na principal economia do país, inviabilizaram a existência de uma forte indústria local.

3º O reordenamento da própria Minas Gerais que, ao transferir a Capital para Belo Horizonte em 1897, irá ‘drenar’ recursos que irão obstaculizar o crescimento da Zona da Mata mineira.

4º A dependência externa, tanto de capitais, mas também de tecnologia para as fábricas da região.<sup>74</sup>

Entendemos que o livro de Giroletti, ‘Industrialização de Juiz de Fora’, pode e deve ser revisitado a partir de novas fontes e estudos mais atuais. Peter Blasenhein já havia demonstrado a capacidade da região em reter capitais e também na capacidade de gerar ‘transbordamentos’ na construção da Rodovia União & Indústria e das vias ferroviárias entre as décadas de 1860 – 90. Ao mesmo tempo, Anderson Pires demonstrou que parte do capital cafeeiro ‘fica’ na própria região, questionando a idéia de dependência completa para com o Rio de Janeiro. Por último, buscar o crescimento ou não das indústrias e da economia da Mata mineira comparando-as com São Paulo

---

<sup>74</sup> GIROLETTI, Domingos. op cit.

apresenta-se então muito mais como o registro da diferença do que propriamente uma causa explicativa. A dinâmica da economia regional da Mata não é a mesma dinâmica da economia paulista. Procuramos atestar a relevância da região da Mata, mas, obviamente, o processo ocorrido em São Paulo é bem maior. O importante é que se tenha noção das diferenças entre as regiões e, principalmente que se compreenda suas especificidades, para que não se caia no erro teleológico de compreender São Paulo a partir do que não ocorreu nas outras regiões brasileiras.

Corroborando tal visão, em um trabalho sobre as mudanças na riqueza pessoal em período que ocupou a transição da mão-de-obra escrava para a livre, Rita Almico busca entender a diversificação econômica alcançada pela região no período. Ao analisar inventários *post mortem* como sua fonte principal de pesquisa, a autora observou uma variação nos investimentos dos indivíduos pesquisados, para o período posterior a abolição da escravidão, onde as ações representam o ativo com maior crescimento alcançando 202,65% de crescimento.

Vemos que no segundo período da pesquisa (1889 /1914) temos uma considerável diversificação da riqueza, com uma maior valorização das **Terras**, que passam a ser o principal ativo neste momento (de 16,20% no período anterior para 19,12% do total da riqueza nesse período) o que demonstra a manutenção da importância da cafeicultura para a região (muito embora o **Café** tenha sofrido uma ‘queda’ substancial na participação total – entretanto, a que se destacar a conjuntura de baixa desse produto no início do século XX e a diversificação da riqueza com o aumento da participação relativa de outros ativos). Dentre os ativos que mais aumentaram de valor destacam-se os **Títulos**, **Casas** (que estão entre os três principais ativos nesse período junto com terras) e também as **Ações** (16,55%, 18,50% e 10,00% respectivamente) que nos demonstram, por exemplo, a maior urbanização que atinge a região visto no crescimento do valor do ativo **Casas**, ao mesmo tempo em que a monetarização da riqueza surge com o crescimento dos **Títulos** (em sua maioria da Dívida Pública Federal e Estadual) e as **Ações** (principalmente de empresas locais) nos apontam para um desdobramento da riqueza produzida pelo setor agro-exportador, não somente para a Indústria, mas também na geração de um sistema financeiro de base local com a criação de dois bancos (o BTMM criado em 1887 e o Banco de Crédito Real de Minas Gerais de 1889) no final do século XIX, além do setor de serviços públicos como eletricidade, saneamento e transportes.<sup>75</sup>

A urbanização é percebida pelo aumento do ativo Casas (entre outras evidências) e, principalmente, as Ações, em sua maioria de empresas locais que, por sua vez, foram financiadas pelo capital acumulado pela economia cafeeira. Isto não significa dizer que os cafeicultores da região tenham se metamorfoseado em empresários. Vemos assim, que os agentes do período acompanharam as grandes mudanças ocorridas em nível nacional e que, tanto quanto ocorrido em São Paulo, a

transformação da riqueza acompanha uma modernização sofrida pelo país de uma forma geral.

Uma outra lacuna na história da região refere-se a um panorama mais completo – e complexo – das condições das empresas que surgiram em Juiz de Fora (o principal município da Mata mineira), bem como para demais cidades. A necessidade de estudos sobre a História de Empresas revela-se assim, como crucial para o entendimento dos limites e especificidades das Indústrias e Empresas de Serviços que vão se desenvolver no final do oitocentos.

Quanto ao período posterior, Juiz de Fora, como toda a Zona da Mata mineira apresentou um quadro de importância decrescente, tanto em termos econômicos, com a decadência da produção cafeeira no final da década de 20, como também com a diminuição de sua importância política, com a transferência da capital de Ouro Preto para Belo Horizonte no ano de 1897. Alguns estudos ainda estão em andamento, principalmente quanto ao século XX.<sup>76</sup>

O que buscamos alcançar neste artigo é destacar a importância do estudo regional, usando o exemplo da Mata mineira, para a melhor compreensão da história nacional. Obviamente se trata apenas de um apontamento inicial de trabalhos realizados sobre a região alvo de nosso trabalho, mas esperamos ter cumprido o intento de demonstrar o crescimento destes trabalhos e a revisão acerca do entendimento da história da Zona da Mata apresentada por tais pesquisas, o que só beneficia o debate acadêmico. O objetivo mais geral é apresentar, como o próprio título indica, “subsídios para uma historiografia”.

Ao debruçar-se sobre a história da Zona da Mata mineira, percebemos que alguns trabalhos formaram uma identidade em torno da região, criando mesmo uma interpretação própria. Quando o conhecimento ‘transborda’ para a comunidade, exercendo seu papel social de historicidade, assume uma função maior que extrapola os muros do academicismo. Neste sentido:

Esta nova produção acadêmica - que tem como ponto de partida o final da década de 80, quando foram sistematizados os principais arquivos históricos da cidade -, já deu origem ao que estes historiadores chamam de “Escola de Juiz de Fora”: um conjunto de interpretações que considera a Zona da Mata dos séculos XIX e início do século XX um espaço econômico e social diferenciado, com uma dinâmica própria. Um sistema integrado em si mesmo, que não se identifica com os complexos cafeeiros de Rio de Janeiro e São Paulo, mas nem por isso é menos relevante. A principal contribuição dessa escola é a revisão que ela provocou na história da economia cafeeira

---

<sup>75</sup> ALMICO, Rita. op cit. p. 143.

<sup>76</sup> BARROS, Nicélio. Tese de doutoramento em andamento; Instituto de Economia/UNICAMP.



da região, em que predominava a visão de historiadores e economistas paulistas e mineiros (...), para os quais a região se caracterizava pelas pequenas e médias propriedades, era pouco desenvolvida e não tinha capacidade de reter capital.<sup>77</sup>

Parafrazeando Fernand Braudel: “*mas deixemos a Zona da Mata mineira, ao qual, aliás, teremos ainda ocasião de voltar. Temos algo melhor à nossa disposição: a História, que envolve todo o planeta, que nos leva ao plano mais alto das trocas, que assinalaria, se necessário, essa hierarquização permanentemente retomada da vida econômica que se empenha em realizar proezas e em bater recordes. Há sempre oferta e procura dessa mercadoria, onipresente, sempre cobiçada, que dá a volta ao mundo*”.<sup>78</sup>

## Bibliografia

- ALMICO, Rita de Cássia da S. **Fortunas em Movimento: Um Estudo Sobre as Transformações na Riqueza Pessoal em Juiz de Fora/1870 – 1914**. Dissertação de Mestrado. Instituto de Economia/Unicamp, 2001.
- ANDRADE, Rômulo Garcia. **Limites Impostos Pela Escravidão à Comunidade Escrava e Seus Vínculos de Parentesco: Zona da Mata e Minas Gerais, Século XIX**. Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1995.
- \_\_\_\_\_. *Escravidão e Cafeicultura em Minas Gerais: O Caso da Zona da Mata*. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo: Volume. 11, no. 22, pp. 95-125 mai/ago. 1991.
- \_\_\_\_\_. *Família Escrava e Estrutura Agrária nas Minas Gerais Oitocentistas*. In: CEDHAL – USP.
- BLASENHEIN, Peter. *Uma História Regional: A Zona da Mata Mineira - 1870 / 1906*. In: **V Seminário de Estudos Mineiros**. PROEP/UFMG, Belo Horizonte, 1982.
- BURKE, Peter. **A Escola do Annales, 1929 – 1989: A Revolução Francesa da Historiografia**. São Paulo: UNESP, 1997.
- CASTRO, Iná Elias de; CORREA, Roberto Lobato e GOMES, Paulo César da Costa (orgs). **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- DEAN, Warren. **Rio Claro: Um sistema Brasileiro de Grande Lavoura 1820 –1920**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- DOSSE, François. **A História em Migalhas: dos Annales à Nova História**. São Paulo: Ensaio; Campinas: UNICAMP, 1992.
- ESTEVES, Albino. **Álbum do Município de Juiz de Fora**. Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1915.
- FRAGOSO, João Luís Ribeiro e FLORENTINO, Manolo. **O Arcaísmo como Projeto**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- FRAGOSO, João L. Ribeiro. **Sistemas Agrários em Paraíba do Sul (1850-1920): Um Estudo de Relações Não-Capitalistas de Produção**. Dissertação de Mestrado. UFRJ, 1983.
- \_\_\_\_\_. **Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro 1790 – 1830**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1998.
- GASPARETTO, Agenor. **As diferentes formas de organização do espaço regional**. (Página da web).
- GIROLETTI, Domingos. **A Industrialização de Juiz de Fora**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 10(3): 144-202, Maio 1980.
- GUIMARAES, Elione Silva. **Violência entre parceiros de cativeiro: Juiz de Fora, segunda metade do século XIX**. Dissertação de Mestrado, UFF, 2001.
- JOSÉ, Oiliam. **Visconde do Rio Branco: Notas para sua História**. S/L e S/E. 1952.

<sup>77</sup> TRIBUNA DE MINAS, Caderno Dois; sábado, 31/05/2003. p. 6.

<sup>78</sup> BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo séculos XV-XVIII: o jogo das trocas**. v. 2. Tradução Telma Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1996. p. 165. Em negrito interferências nossas.

- \_\_\_\_\_. **Marlière, o Civilizador (esboço biográfico)**. Belo Horizonte, ed. Itatiaia, 1958.
- LACOSTE, Yves. **Geografia: isto serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. Campinas: Papirus, 1988.
- LANNA, Ana. **A Transformação do Trabalho: A passagem para o trabalho livre na Zona da Mata Mineira, 1870 – 1920**. Campinas, ed UNICAMP, 1988.
- LENHARO, Alcir. **As tropas da moderação (o abastecimento da Corte na formação política do Brasil: 1808 – 1842)**. São Paulo: Símbolo. 1979.
- LIMA, João Heraldo. **Café e indústria em Minas Gerais 1870/1920**. RJ: Ed. Vozes, 1981.
- LOBO, Eulália. **História do Rio de Janeiro (do capital comercial ao capital industrial e financeiro)**. Rio de Janeiro: IBMEC.
- MACHADO, Cláudio Heleno. *Tráfico Interno de Escravos na Região de Juiz de Fora na segunda metade do século XIX*. In: São Paulo: Núcleo de Estudos de História Demográfica, FEA/USP, <http://members.tripod.com~Historiademografica/INDEX.HTM>, boletins. HTM. Novembro de 1999, n. 18.
- MARTINS, José de Souza. **O Cativo da Terra**. 2ª ed. São Paulo: Ciências Humanas, 1981.
- MARTINS, Roberto. **A economia escravista de Minas Gerais no século XIX**. Belo Horizonte, CEDEPLAR, 1980.
- MAURO, Frédéric. **O Império luso-brasileiro: 1620 – 1750**. Lisboa: Ed. Estampa, 1991. p. 236.
- ELLIS, Myriam. **Contribuição para um estudo do Abastecimento da Região mineradora no século XVIII**. Departamento de Imprensa Nacional / MEC, 1961, Rio de Janeiro
- PIRES, Anderson. **Capital Agrário, Investimentos e Crise na Cafeicultura de Juiz de Fora 1870/1930**. Dissertação de Mestrado, UFF, 1993.
- PRADO, Caio Júnior. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 23ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- SARAIVA, Luiz Fernando. **Um Correr de Casas, Antigas Senzalas: A transição do trabalho escravo para o livre nas fazendas de café, 1870 – 1900**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em História UFF, 2001.
- SARAIVA, Luiz Fernando e GONÇALVES, Lincoln. **Diagnóstico sócio-econômico da cidade de Ubá**. 2000. [www.adubar.com.br/diagnóstico](http://www.adubar.com.br/diagnóstico). Acesso em 25/03/2003.
- SLENES, Robert. *Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX*. In: **Cadernos do IFCH/UNICAMP**, 17, Campinas, 1985.
- SOUZA, Sônia. **Além dos Cafezais: produção de alimentos e mercado interno em uma região de economia agroexportadora – Juiz de Fora na segunda metade do XIX**. Dissertação de Mestrado: Niterói, UFF, 1998.
- STEIN, Stanley. **Grandeza e Decadência do Café do Vale do Paraíba**. Tradução de Edgar Magalhães. São Paulo: Brasiliense, 1961.
- \_\_\_\_\_. **Vassouras Um município brasileiro do café, 1850 - 1900**. Tradução de Vera Bloch Wrobel – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
- VALVERDE, Orlando. *Estudo regional da Zona da Mata de Minas Gerais*. In: **Revista Brasileira de Geografia**. Nº 1. janeiro – março de 1958.
- ZEMELLA, Mafalda. **O abastecimento da capitania de Minas Gerais no século XVIII**. São Paulo: Hucitec, 1991.